



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DA SRA. ANGELA GUADAGNIN)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Acrescenta o § 18 ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação do saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para construção da casa própria.

DESPACHO:
07/12/1999 - (ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
À COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, EM 07/02/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CTASP	7/12/2000
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
CTASP	28/03/00	04/04/2000
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	<u>Lair Menezes</u>	Presidente: <u>[assinatura]</u>
Comissão de:	<u>Trabalho, de Adm. e Serviço Público</u>	Em: <u>27/03/00</u>
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:
Comissão de:		Em: / /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.180, DE 1999 (DA SRA. ANGELA GUADAGNIN)



Acrescenta o § 18 ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação do saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para construção da casa própria.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 18:

“Art. 20.

§ 18 A movimentação da conta vinculada para os fins previstos no inciso VII, compreende a construção de casa em terreno de propriedade do titular da conta e para seu próprio uso.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação atualmente em vigor permite a liberação do saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para o “pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inúmeros titulares de contas vinculadas pleitearam, administrativamente, a liberação dos respectivos saldos, com a finalidade de construir sua própria casa, tendo obtido, por parte da Caixa Econômica Federal - CEF, uma resposta negativa ao pleito.

Inconformados, recorreram dessas decisões ao Poder Judiciário. A partir dessas iniciativas, o Judiciário sedimentou jurisprudência no sentido de que a expressão "aquisição de moradia própria" não se restringe à compra do imóvel pronto e acabado, permitindo-se o saque para construção em terreno de propriedade do titular.

Apesar das reiteradas decisões judiciais, a CEF somente libera o saldo da conta vinculada mediante ação ajuizada pela parte interessada, mesmo ciente de que o resultado será favorável ao titular da conta.

Com o presente projeto de lei, pretendemos impedir que a Caixa Econômica Federal persista com este procedimento arbitrário, pois que o Judiciário já reconheceu, à exaustão, o direito ao saque da conta nas condições estabelecidas na proposta em tela.

Em razão do alcance social da matéria, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares em sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 1999.


Deputada ANGELA GUADAGNIN

07/12/98

Lote: 79 Caixa: 94

PL N° 2180/1999

3

2219

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	07/12/99 às 16:35
Nome	<i>[Signature]</i>
Ponto	3.861



LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO
TEMPO DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

.....

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

.....

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

- a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;
 - b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH.
-

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH.

** § 17 acrescido pela Medida Provisória nº 1.876-19, de 23.11.1999.*

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do Fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido.

** Artigo, "caput", com redação dada pela Lei nº 8.678, de 13.07.1993.*

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do Art. 13 desta Lei.

** Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.678, de 13.07.1993.*

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.180/99

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 28/03/2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 05 de abril de 2000.


Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada *Angela Guadagnin*

Em 23 / 05 / 2000

PRESIDENTE

Brasília-DF, 08 de maio de 2000.

Of. nº 86 / 2000 - AG

Senhor Presidente:

Cumprimentando V. Ex^a., venho requerer, na forma do art. 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.180/2000, de minha autoria, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90.

Atenciosamente,


ANGELA GUADAGNIN
Deputada Federal

09/05/00

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
M.D. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Lote: 79 Caixa: 94
PL Nº 2180/1999
6

RM 1398/00 I

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 10/05/00 às 19:00hs
Nome Pedro
Ponto 3290



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 2.180, DE 1999

Acrescenta o § 18 ao art. 20 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação do saldo da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para construção da casa própria.

Autor: Deputada ANGELA GUADAGNIN

Relator: Deputado JAIR MENEGUELLI

I - RELATÓRIO

A iniciativa em epígrafe tem por escopo permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS, para construção de casa em terreno de propriedade do titular da conta e para seu próprio uso.

Não foram recebidas emendas ao projeto.

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - VOTO DO RELATOR

De início, gostaríamos de recordar Vossas Excelências que esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público já se debruçou, exaustivamente, sobre a discussão em torno de todos os aspectos referentes à legislação pertinente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando da apreciação do Projeto de Lei n.º 913, de 1991, oriundo do Senado Federal (PLS n.º 12, de 1991, na origem), com vários apensos, totalizando 102 projetos.

A matéria referida foi relatada pelo Deputado PAULO ROCHA.

Esse trabalho foi árduo e contou, inclusive, com o permanente assessoramento da Consultoria Legislativa desta Casa, dos representantes e assessores da bancada dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, além das equipes técnicas da Caixa Econômica Federal, da Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS e da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Dessa hercúlea tarefa resultou um Substitutivo aprovado pela CTASP, agora esperando deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, já tendo sido apreciada em âmbito de Comissão de Finanças e Tributação, portanto, em fase processual avançada.

O projeto em discussão já está contemplado, no mérito, no Substitutivo já aprovado, como consta do inciso VII do seu art. 23, razão pela qual, no nosso entendimento, deve ser obstada a sua tramitação, inclusive por questão de economia processual.

Assinatura manuscrita do relator, Paulo Rocha, em tinta preta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

De fato, assim dispõe o Substitutivo:

"Art. 23 O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS nas seguintes situações:

VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições;,"

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 2.180, de 1999.

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2000.


Deputado JAIR MENEGUELLI
Relator

003221.096